



Ano 5 • n. 5  
Teresina-PI – 2013/2014  
ISSN 2176-6959

REVISTA  
**ELEIÇÕES**  
& *Cidadania*



## O *babyboom* da oligarquia: de como a senda eleitoral reproduz a elite dirigente no Piauí<sup>1</sup>

Ricardo Arraes<sup>2</sup>

“... [com] uma política exótica... vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior. É este o mal de nossa habilidade ilusória e falha de mestiços e meridionais, apaixonados, fantasistas, capazes de imitar, porém organicamente impróprios para criar, para inventar, para produzir coisa nossa e que saia do fundo imediato ou longínquo de nossa vida e de nossa história.” Sílvia Romero<sup>3</sup>

### Resumo

O poder é algo dinâmico, é um instrumento que através dele nos movemos, manifestamos e/ou sofremos os limites da liberdade na relação entre os indivíduos e a sociedade. A estrutura de poder manifesta no campo político do Piauí é a materialização de situações objetivas de posse e de riqueza. Nesse domínio, o poder político do estado tem se reproduzido e se consolidado graças a redes econômicas, sociais e de parentesco. Forma-se na Assembleia Legislativa uma espécie de “gaiola de ferro oligárquica” e, no seu interior, os vínculos de interesses e os artifícios políticos como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção servem como moedas de troca. Essas práticas asseguram vantagens e privilégios a seus membros e fecham os espaços

---

1 O texto refere-se ao cenário pós-eleições gerais de 2014.

2 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

3 O trecho da epígrafe é de Sílvia Romero, em um escrito contra Machado de Assis, a quem acusava de anglomaníaco e cuja arte era inepta e servil. A frase na íntegra é: “Deu-se, entretanto, uma espécie de disparate [...]: uma pequena elite intelectual separou-se notavelmente do grosso da população, e, ao passo que esta permanece quase inteiramente inculta, aquela, sendo em especial dotada da faculdade de aprender e imitar, atirou-se a copiar na política e nas letras quanta coisa foi encontrando no Velho Mundo, e chegamos hoje ao ponto de termos uma literatura e uma política exóticas, que vivem e procriam em uma estufa, sem relações com o ambiente e a temperatura exterior. É este o mal de nossa habilidade ilusória e falha de mestiços e meridionais, apaixonados, fantasistas, capazes de imitar, porém organicamente impróprios para criar, para inventar, para produzir coisa nossa e que saia do fundo imediato ou longínquo de nossa vida e de nossa história. ROMERO, Sílvia. **Machado de Assis**: estudo comparativo da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.

para os *outsiders*, os políticos oriundos de outros estratos sociais. As eleições de 2014 nos oferecem uma mostra contundente do poder das oligarquias encasteladas naquela Casa ao nos legar uma explosão de jovens e antigos herdeiros políticos.

### **Elites, partidos e o poder político no Piauí. O caso da Assembleia Legislativa**

Utilizamos o conceito de oligarquia para identificar a natureza da elite política que ocupa cargos na Assembleia Legislativa do Piauí. Redirecionando a apreciação para dentro das organizações partidárias piauienses, para observarmos o fenômeno da oligarquização, temos que retornar a Michels<sup>4</sup> para quem as organizações de massa possuem uma tendência inexorável à centralização e à burocratização. É desse entendimento que ele extraiu sua famosa “lei de ferro da oligarquia” e concluiu que a relação entre democracia e organização gera a impossibilidade de uma organização política realizar seu fim democrático, inviabilizado pela combinação de elementos psicológicos dos chefes e das massas com as características burocráticas das organizações complexas. Michels acreditava que seu tipo ideal de democracia era impossível baseado no seguinte raciocínio: “[...] a democracia necessita da organização das massas, e toda organização contém em si os germes do conservantismo; logo, a democracia é impossível”<sup>5</sup>. Seu estudo concluía pela impossibilidade da democracia neste mundo: “[...] se a democracia é dos deuses, como diria Rousseau, ela certamente não convém aos homens”<sup>6</sup>.

Para Duverger, “[...] os partidos exercem a função de mantenedores do equilíbrio pluralista, que garante um mínimo de liberdade a cada parcela do povo”. O “pluralismo” dos partidos seria a possibilidade de uma representação que envolvesse todos os setores da sociedade. O fim para o qual os partidos foram criados seria a conquista do poder político e exercê-lo de acordo com os interesses que representa. Portanto, é na competição eleitoral, na representação de interesses e no comando do poder político,

4 MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília : EdUNB, 1982.

5 Sarti, Ingrid. **A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_30/rbcs30\\_12.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

6 Id. *ibid*.

que se fixam os limites das funções dos partidos políticos.

Há alguns indicadores dos partidos políticos locais que se aproximam demasiadamente daqueles que foram percebidos e apontados por Michels para o caso alemão. Eles teimam em solidificar, aqui, a sua tese e não em revertê-la. Ou seja, essas características são incapazes de minar o tão criticado determinismo inexorável da “lei de ferro” das oligarquias partidárias. Do mesmo modo, o caso local não aponta para um modelo de democracia possível dentro dessas agências de representação política. Nossos indicadores têm servido para ratificar as generalizações: o caráter elitista das lideranças, a inclinação a manipular as massas, a centralização inexorável das organizações. Enfim, o oportunismo e o eleitoralismo (foco em ganhar as eleições), o parlamentarismo (a ideia da ação monolítica centrada no parlamento), são marcas indelévels dos partidos e dos políticos piauienses e, infelizmente, servem como base de reforço para a tese micheliana.

Com relação à importância e às consequências do tamanho dos partidos sobre suas dinâmicas de funcionamento, também fonte de críticas a Michels, os partidos locais não têm ou não apontam para uma diferenciação face à tese micheliana do controle total das máquinas pelas lideranças. Este é

Um dos temas que têm suscitado controvérsias... o tamanho da organização tem sido relacionado tanto ao grau de coesão de um partido quanto ao nível de participação de seus membros: os partidos menores tenderiam a ser mais coesos, contando com maior participação e menos burocracia... um das preocupações dos líderes partidários estaria em prevenir a expansão excessiva de seus quadros, de modo a minimizar os conflitos internos... outros estudos concluem que o tamanho não é condição para a coesão interna, nem garantia de participação.<sup>7</sup>

Face ao exposto acima, para os críticos de Michels, não haveria uma causação automática entre o tamanho e a atuação das lideranças sobre as máquinas partidárias. Assim, as grandes agremiações não levam necessariamente a uma hipertrofia burocrática, nem as pequenas levariam

<sup>7</sup> Sarti, Ingrid. **A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_30/rbcs30\\_12.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

à hipotrofia do poder. Blau é um dos que aceitam a ideia de que as grandes organizações não provocam necessariamente hipertrofia burocrática, enquanto Lowi (1971) recusa a noção de abandono ou mesmo substituição dos fins democráticos pelo desejo da liderança de conservar o poder<sup>8</sup>.

A famosa e criticada tese de Michels enfatizava a relação entre a natureza dos chefes e os fins da organização. Asseverava ainda a impossibilidade das lideranças manterem-se fiéis aos fins democráticos originais das organizações partidárias. Em que pesem os frágeis laços ideológicos, os partidos locais têm-se transformado em celas de sobrevivência de lideranças, que permanecem por longos períodos no controle, direta ou indiretamente. Assim, conservam-se e rearticulam seu poder ou dividem a chefia com grupos restritos. Enfim, uma característica marcante do papel das lideranças sobre os partidos locais é a inclinação ao “autoritarismo natural”, ideia presente nas ideias de Michels e de Duverger. Historicamente, os partidos locais sofrem no nascedouro, e profundamente, as inclinações pessoais das suas lideranças locais.

Embora, aqui e ali, é claro, ocorram dissensões na dinâmica interna dos partidos maiores e com maiores capitais políticos a ganhar ou a perder. Isso, geralmente, sobrevém nos momentos de formação das alianças eleitorais. As pejeas de poder dentro da organização em face do privilégio de determinados partidos para formar coalizões eleitorais e de governo. Isso pode servir para a compreensão do funcionamento e das transformações que ocorrem no cenário local que, em geral, oferece um cardápio com pouca variação de ingredientes.

O poder e a negociação institucionalizada são elementos que dão vida e tempero ao sistema político. Entretanto, a estrutura interna das organizações, sua reprodução e as relações de poder produzem poucas modificações na organização local. É claro, há sempre alguma forma de negociação da ordem, mas em virtude do alto grau de equilíbrio alcançado pelas principais lideranças sobre a estrutura interna e sobre a rede de diretórios no estado, o comando consegue reproduzir-se com relativa tranquilidade sobrepujando-se sobre as várias demandas e as pressões dos correligionários e dos partidos aliados. O resultado dessa condução

---

8 Sarti, Ingrid. **A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva**. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_30/rbcs30\\_12.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

e desse controle, relativamente eficientes, dos recursos à disposição das lideranças, é um alto grau de institucionalização das agremiações locais e de estabilidade da coalizão vencedora. Outra marca resultante disso, já expressa acima, é a pouca competição interna, no limite, peça fundamental para consolidar as lideranças, como o partido e a coalizão governante. Coisa que os resultados eleitorais locais podem comprovar.

No caso piauiense, temos os poderes político, econômico e social reunidos no mesmo cenário. Mesmo com o surgimento de novos partidos e novos atores, as elites econômicas conservaram o poder político e o poder econômico se multiplicou. Entretanto, constatamos hoje que há alguns deputados oriundos do setor sindical, como Wellington Dias, Francisca Trindade, João de Deus, Cícero Magalhães, que não detinham o domínio econômico, mas manejaram estratos dos setores sindicais com competência mobilizadora extraordinária. Desse modo, e uma vez investidos nas funções do cargo, eles concentram uma influência política igual ou, em certos casos, superior àquela classe que detém o poder econômico, mesmo se admitirmos que eles não tenham necessariamente a consciência desse fato.

Isso nos remete a Foucault, para quem o poder não é uma coisa espacial, é somente um elemento dentro das relações entre os indivíduos. Nesse sentido, a Assembleia Legislativa do Piauí (Alepí) não seria um “lugar de poder” assim como não é propriedade de ninguém. A consciência dos cidadãos acerca desse aspecto é indispensável à prática do respeito e da liberdade dos outros. Essa consciência poderia modificar a estrutura de relações e a luta contra as injustiças que se cometem em nome do poder. É exatamente a falta dela que faz com que um pequeno grupo de indivíduos eleitos imponha sua vontade e suas ideias sobre os demais. A reflexão de Foucault faz muito sentido. Os indivíduos temem e aceitam o discurso manipulador e reconhecem-se desprovidos de poder. Ora, se é por meio do poder que conseguimos conduzir as ações das outras pessoas, reconhecer-se sem poder significa não ter nenhuma influência, logo a única coisa que resta é sofrer as influências. O discurso de quem exerce o poder visa manter o *status quo*. Assim, uma parcela da sociedade continua governando e oprimindo, enquanto a outra não se posiciona, nem luta contra a máquina montada. Enfim, não consegue visualizar a realidade das relações de poder e, em última análise, ajuda a perpetuar as elites no poder legislativo.

## Famílias e poder: as redes políticas no legislativo piauiense

A palavra *babyboom*, que aparece no título deste artigo, é uma referência a dois eventos mundiais ocorridos no início da segunda metade do século passado: o retorno para casa dos soldados após a II Grande Guerra e o progresso material pós-grande depressão. Esses dois fatos teriam funcionado como estímulos para um extraordinário “*babyboom*”: uma explosão de nascimentos. Somente nos EUA nasceram 66 milhões de bebês entre 1946 e 1964. Os filhos ali gerados, convencionou-se chamar de “*baby boomers*”. Estudiosos da demografia afirmaram que esse rápido crescimento demográfico ocorreu espontaneamente, como uma forma da sociedade repor as perdas humanas ocorridas, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. Na demografia, o termo serve para relacionar o aumento da natalidade e a baixa mortalidade da população.

Para este ensaio, a expressão “*babyboom*” serve para caracterizar uma esfera da “demografia oligárquica”, resultante das eleições de 2014. Ou seja, a expressão refere-se ao aumento da entrada de representantes das famílias oligárquicas piauienses. Houve um aumento extraordinário do número de deputados com parentes na política e a baixa taxa de crescimento de *outsiders*, isto é, de deputados eleitos sem ligações com os clãs tradicionais familiares. O incremento foi maior do que a média das eleições anteriores. Observa-se que, nas eleições de 2014, não houve o que se poderia denominar de uma “transição demográfica”, ou seja, a oscilação das taxas de crescimento de novos estratos sociais e as variações de novos nomes, no interior das bancadas parlamentares<sup>9</sup>. Enfim, o pleito de 2014 foi o ponto culminante de um período já marcado por grande estabilização na política oligárquica. Assim, o conceito de *babyboom* refere-se a um movimento de mão dupla: o crescimento da oligarquia e a redução dos *outsiders*.

Já o conceito de oligarquia que adotamos refere-se a sua forma mais comum, utilizada pela literatura das Ciências Sociais. Enfim, o conceito designa os grupos políticos tradicionais, minoritários dotados que

<sup>9</sup> Conceitualmente, a expressão “transição demográfica” foi elaborada por Warren Thompson (1887-1973) no ano de 1929, para contestar a Teoria Demográfica Malthusiana. Em breves palavras, entende-se por transição demográfica a oscilação das taxas de crescimento e variações populacionais.

exercem continuamente o poder dentro da Alepi e das organizações partidárias. Já o conceito de elite política concentra, além dos deputados, aqueles detentores de cargos de direção política na administração pública. Enfim, temos aí, a elite dirigente do estado<sup>10</sup>. Neste artigo, o termo alude preferencialmente aos detentores de cadeiras na Alepi. Essa particularidade apenas explica a proposta para a presente análise, embora diga pouco sobre a composição do topo da elite política no Piauí, os ocupantes dos principais cargos de mediação política entre aquela Casa e as demais elites locais e o seu eleitorado.

### **Um castelo para a elite: breve apresentação da Alepi**

Criada pela Lei número 16, de 12 de agosto de 1834, a Assembleia substituíra ao Conselho Geral de Província. Entretanto, ela só foi instalada a 4 de maio de 1835, em Oeiras, 17 anos antes da fundação de Teresina, que ocorreria em 1852, para onde se transferiu, quando da mudança da capital. A primeira legislatura funcionou de 1835 a 1837<sup>11</sup>.

O Poder Legislativo é um dos três poderes constituídos do Brasil e a Assembleia Legislativa do Piauí compõe uma parte dos quadros legislativos eleitos a cada quatro anos. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituem as bancadas e cada uma possui um líder. Também há um líder por partido que tenha representação na Assembleia, indicados pela respectiva Executiva Regional. Em tese, esse líder representa o pensamento do partido. Na Casa também há um líder e um vice-líder do Governo, que são indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

Cada estado possui uma representação proporcional à sua população. Assim, ao Piauí, são reservadas 30 cadeiras. O tamanho das bancadas varia de estado para estado. Apenas o Espírito Santo possui o mesmo tamanho da bancada estadual piauiense: 30 deputados. Já o Distrito Federal, o Amazonas e o Acre possuem 24; a Bahia, 63; Pernambuco, 49. Por seu turno, o Rio de Janeiro com 71, Minas Gerais com 78, e São Paulo com 94 deputados, possuem as maiores bancadas estaduais.

<sup>10</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre as elites dirigentes, ver Bottomore, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. Mosca, G. **A classe dirigente**. In: Sociologia Política, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

<sup>11</sup> Bastos, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves/PMT, 1994.



O legislativo, órgão que já foi denominado por Joaquim Nabuco de o “cérebro da monarquia”, quando era um espaço reservado aos políticos mais experientes do Império e que, uma vez convocados pelo imperador, deliberavam sobre assuntos de caráter nacional, muito embora questões provinciais e até mesmo locais também acabassem minando as reuniões. Ao contrário dos ministros de Estado, mas assim como os senadores, os conselheiros, uma vez nomeados pelo imperador, exerciam seu cargo de maneira vitalícia.<sup>12</sup>

Para efeito de comparação com a citação acima, observa-se que muita coisa mudou desde então. Entretanto, ainda há muitos aspectos que teimam em remanescer ou mudar muito lentamente naquela casa legislativa, atravessando os séculos e a geografia, gerando um quadro marcado por similitudes de norte a sul do Brasil.

Os deputados exercem mandatos com duração de quatro anos e, se o Piauí tem direito a 30 cadeiras por legislatura, isso significa que de 1994 até a bancada eleita em 2014, foram disputadas 180 cadeiras, entretanto, apenas 46 deputados estaduais foram efetivamente eleitos nesse período. É claro, o número de deputados que legislaram no período foi um pouco superior devido ao fato de que vários titulares assumiram cargos (secretarias) no executivo estadual, elegeram-se prefeitos ou faleceram no exercício do mandato, sendo substituídos momentânea ou definitivamente.

Para tornar-se um deputado, o candidato não depende de uma seleção rigorosa baseada em habilidades, aptidões pessoais ou questões de mérito. Sua entrada nesse círculo restrito depende muito de negociações partidárias, nas suas bases eleitorais e nos círculos familiares. Assim como o Senado e a Bancada Federal, a Assembleia Legislativa também tem apresentado uma composição e uma atuação que a caracterizam como uma instituição conservadora e elitista. Primeiro, porque embora o mandato não seja vitalício nem transferível, os políticos têm-se conservado por períodos demasiadamente longos. Segundo, porque ao comporem o topo da elite política, eles passam a ter acesso direto aos diversos recursos materiais

---

12 Para o caso da relação das elites políticas do Rio Grande do Sul, consultar VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editorada UFSM/Anpuh-RS, 2010.

e imateriais que emanam do mundo da política. Portanto, ao se inserirem nos quadros da elite política local, esses homens e mulheres, já bastante conhecidos, ampliam demasiadamente suas áreas de influência, seja em suas bases, seja na capacidade de barganha para nomear ou indicar aliados para a burocracia estatal<sup>13</sup>. Assim, a Alepi tem sido um espaço privilegiado para a atuação das elites estaduais. Terceiro, a substituição dos quadros tem-se realizado em grande monta no padrão intraelite. Ou seja, a renovação ocorre dentro dos próprios quadros da elite política e administrativa do estado. O perfil torna-se mais inquietante em face da sucessão pela consanguinidade dos deputados. O grau de parentesco entre deputados com ascendência comum é uma marca significativa na Alepi – de pais para filhos, tios para sobrinhos, e de irmão para irmão. Sem falar nas dobradinhas de maridos e esposas. Embora, deve-se afirmar, eles sejam sufragados e escolhidos pelos eleitores através do voto popular a partir de uma lista aberta.

### **Um negócio entre famílias: os partidos, as elites políticas e a democracia possível**

Ao investigar apenas um estrato do topo da elite política piauiense, composto pelos deputados estaduais, observamos que a ocupação de cadeiras na Alepi, de alguma maneira, é parte de um arranjo estratégico de famílias da elite, que envolve a busca de *status* social e poder político. Nesse sentido, a cúpula do parlamento estadual é formada, em sua maioria, por membros de famílias enraizadas no comando dos municípios do estado. É de lá que elas dirigem “eficientemente” a política local, influenciam suas eleições e agem intensamente no interior dos canais de mediação entre bases eleitorais e o governo estadual. As elites políticas são as pontas de lança no processo de apropriação do Estado.

Salvo um melhor entendimento, a relação entre as famílias e os partidos locais tende a reforçar a hipótese levantada no início do artigo. Enfim, de que a natureza dos chefes e os fins da organização asseveram a

13 Para o caso da relação das elites políticas do Rio Grande do Sul, consultar VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora UFSM/Anpuh-RS, 2010. Para uma análise mais aprofundada do Brasil ver, por exemplo, Graham (1997) e Martins (2007).

impossibilidade dos fins democráticos originais das organizações partidárias. Uma consequência do forte controle das lideranças sobre os partidos e seus membros. À guisa de demonstração, apresentaremos neste tópico as agremiações que controlam as maiores fatias do poder político no estado. A partir da antiga Arena, seguida pelo PDS, o PFL e seus sucedâneos – DEM e PSD – concentravam três das famílias políticas mais antigas e tradicionais no Piauí: Almendra Freitas, Castello Branco e Portella. A imbricação entre elas se deu ao longo das décadas, envolvendo alianças políticas e enlances matrimoniais.

O PMDB é o partido que mais tempo está no cenário político, concentrando grandes fatias do poder na Alepi. As principais famílias que passaram pela sigla são os Moraes Sousa e os Silva, ambas de Parnaíba, e a família Sampaio, de Esperantina, todas na região norte do estado. Já a família Castro, detentora de diversos mandatos, vem da região sul do estado. Mas há também a família Dantas Eulálio e Santos, ambas de Picos, na parte central do estado.

O PT amealhou algumas lideranças tradicionais em suas hostes, as quais foram acumulando poder e influência dentro dos quadros da agremiação. Há uma legião de nomes importantes no partido que controlam os espaços de poder no interior da legenda, como Antônio José Medeiros, Nazareno Fonteles e Wellington Dias.

Desde 1994, o PTB já conquistou várias cadeiras na Alepi, atualmente, encontra-se nas mãos da mais poderosa e rica família de empresários do estado, a família Claudino. Os Claudino têm um senador, em fim de mandato, e dois suplentes de senador. O segundo foi eleito em 2014 na chapa de Elmano Férrer (PTB) e assumirá na próxima legislatura.

O PDT local está nas mãos do deputado Flávio Nogueira, que já foi duas vezes deputado e está representado por seu filho homônimo que se reelegeu para a próxima legislatura.

O PP encontra-se sob o comando de um outro ramo da família Nogueira, cujo principal representante estadual também vem a ser o presidente nacional da sigla, o senador Ciro Nogueira. Além dele, o partido tem dois herdeiros políticos: sua esposa Iracema Portella, é deputada federal e foi reeleita em 2014, juntamente com Júlio Arcoverde, que é filho do ex-governador e ex-senador Dirceu Arcoverde, que era irmão do ex-ministro da saúde Waldir Arcoverde.

O PSDB, embora não esteja ligado a nenhuma família política específica, tem-se transformado numa agência de representação política de figuras carimbadas na política local. Assim, nomes como Firmino Filho, Sílvio Mendes despontam como ícones da legenda no estado. O primeiro já foi vereador, deputado estadual e é o atual prefeito da capital, cargo que ocupa pela terceira vez. Já o segundo governou Teresina por dois mandatos e, em 2014, foi candidato a vice-governador derrotado na aliança com o PMDB. Do mesmo modo, os cargos de deputado estadual têm permanecido sempre nas mãos de nomes já conhecidos na arena estadual, como Wilson Martins, Roncalli Paulo, Luciano Nunes, Marden Menezes. O partido tem se transformado, ao longo dos anos, em eminente da capital, com um raio de alcance eleitoral muito limitado fora de Teresina. Uma prova disso é que no último pleito não colocou nenhum nome para a disputa de deputado federal, mas reelegeu seus dois deputados e trouxe o espectro da família Paulo de volta à Alepi. Os tios Firmino Filho e Roncalli Paulo foram decisivos na eleição de Firmino Paulo. O nome do nubente já o afirma por si só. Desde sua fundação até as eleições de 2014, apenas seis nomes apareceram na lista de deputados estaduais do PSDB<sup>14</sup>.

O PSD é um sucedâneo de dois partidos outrora poderosos dentro da Alepi, cujo ápice ocorreu em 1994, quando elegeu dois terços das cadeiras (14 do PFL e seis do PPR). Os seus quadros se pulverizaram com o tempo e os remanescentes, hoje, cerram fileiras em outras legendas. O sobejo daquela poderosa adeja de ex-militantes do PDS resume-se ao deputado Juraci Leite, que cumpre os últimos momentos de seu sétimo mandato na Casa. Decadente, sem a antiga estrutura e sem o vigoroso apelo eleitoral, o partido não conseguiu reeleger uma de suas maiores lideranças estaduais e de marcante influência nacional, o ex-governador, ex-ministro e ex-senador, Hugo Napoleão. No entanto, o partido elegeu uma bancada de três deputados estaduais<sup>15</sup> e reelegeu um federal.

### **Ministérios e as famílias políticas**

Entre 1969 e 2014, o Piauí teve seis ministros de Estado, o que es-

14 Além de Firmino Filho, de Marden Menezes, de Luciano Nunes, aparece também o deputado Tererê.

15 A futura bancada do PSD será composta por Edson Ferreira, Georgiano Neto e Dr. Pessoa.

timula a investigação dos fatores que levaram as famílias políticas locais a penetrar no rígido núcleo da política nacional. Muito embora esse fatores tenham resultados anódinos para o estado que pouco ampliou sua importância política em nível nacional ou transformou a face histórica de atraso social e de pobreza econômica.

Outro fator importante para a análise é que todos os ministérios ocupados por piauienses eram de grande importância econômica e visibilidade política no país. Compor o quadro ministerial foi a única forma pela qual poucos piauienses conquistaram destaque em nível nacional. Mesmo assim, os nossos políticos não conseguiram reverter ou capitalizar para o estado as adições advindas do alto prestígio social e político enquanto comandaram megamáquinas administrativas. Assim, investiram pouco da sedução e do magnetismo que supostamente acreditam possuir. A conversão do capital político que lhes possibilitou ascender nas hostes governistas foi insuficiente no retorno político e econômico para o estado ao chegarem ao topo da elite política nacional.

O pioneiro foi o parnaibano João Paulo dos Reis Veloso, que foi ministro do Planejamento durante dois governos do regime militar: de Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), e de Ernesto Geisel (1974-1979). Reis Veloso permaneceu no cargo por dez anos, de 1969 até 1979 e foi o único momento em que o Piauí apresentou grande desenvolvimento e visibilidade nacional. O estado recebeu grandes somas e investimentos em infraestrutura que descolaram o Piauí de décadas de estagnação econômica e social. Foi dessa forma que o “milagre econômico” brasileiro atingiu o estado.

O ex-governador Petrônio Portella foi ministro da Justiça no governo do general João Batista Figueiredo, entre 1979 a 1980. Sua carreira política teve início ainda na década de 1950. No início de sua carreira política, embora fizesse oposição ao então governador piauiense Pedro Freitas (PSD), Petrônio Portella (UDN) casou-se com a filha de seu adversário político, estendendo sua influência política através de imbrincamento de laços das famílias. Quando se tornou ministro, Petrônio tinha um grande tráfego nos corredores do Congresso Nacional e do Palácio do Planalto. Pouco antes de falecer, teve seu nome alentado para ser o futuro e primeiro presidente civil após os 20 anos da Ditadura Militar.

Dois irmãos de Petrônio atuaram em cargos de relevo na política

do Piauí: Lucídio Portella foi nomeado governador do estado pelos militares, em 1978, e retornou como vice-governador, eleito pelo PDS, em 1986. Em 1990, foi eleito senador. Outro irmão de Petrônio, Elói Portella exerceu o mandato de senador entre abril de 1998 e janeiro de 1999, quando o titular Freitas Neto, foi nomeado ministro Extraordinário das Reformas Institucionais, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Elói tem um sobrinho, Marcelo Coelho, que foi eleito deputado estadual seguidas vezes, entre 1982, 1986, 1998 e 2002. Elói também é tio de Iracema Portella, eleita deputada federal em 2010 e reeleita em 2014 pelo PP, que é presidido nacionalmente por Ciro Nogueira, que é seu esposo e filho e sobrinho de uma família política antiga no estado, a família Nogueira, do município de Pedro II. Além dos dois irmãos – Petrônio e Lucídio - Elói Portella também é primo de Djalma Veloso, de Flávio Marcílio e de Tibério Nunes.

Djalma Veloso assumiu o governo do estado em agosto de 1978, no lugar de Dirceu Arcoverde e transmitiu o cargo para seu primo Lucídio Portella, em março de 1979. Flávio Marcílio, embora tenha nascido em Picos (PI), fez toda sua carreira política pelo estado do Ceará, chegando a presidir a Câmara dos Deputados. Uma sobrinha sua estava representando a família na elaboração da Constituição em 1988. Era Moema São Tiago (PDT e PSDB) que foi a primeira deputada do Ceará e ainda era sobrinha de três outros governadores: Virgílio Távora e Flávio Marcílio (CE) e de Alberto Silva (PI). Mas o familismo na política cearense era mais amplo, uma vez que Flávio era concunhado de Virgílio Távora.

Em face da morte do então senador piauiense Dirceu Mendes Arcoverde, em outubro de 1979, seu irmão Waldir Arcoverde foi indicado para o Ministério da Saúde. Há quem afirme que sua escolha teria sido uma forma para amenizar a perda do influente político em meio ao regime militar. Sua família reapareceu no cenário político local com a eleição de um sobrinho de Waldir para a Assembleia Legislativa. Júlio Arcoverde (PP) foi alçado à condição de candidato em parceria com Iracema Portella e Ciro Nogueira, ambos do PP.

Hugo Napoleão foi nomeado ministro da Educação pelo presidente José Sarney (1985-1990) acumulando ainda o cargo de ministro da Cultura. Foi presidente nacional do PFL e, no governo Itamar Franco, entre outubro de 1992 e dezembro de 1993, foi novamente nomeado

agora para o Ministério das Comunicações. Elegeu-se deputado federal em 2010, após perder disputa ao senado em 2006. Napoleão apostou na reeleição para a Câmara em 2014, pelo PSD, porém não obteve sucesso em sua tentativa.

Freitas Neto é filho de um deputado estadual – Odilon Freitas – que foi eleito para a legislatura 1962 e 1966. A família política Almendra Freitas tem raízes profundas na política estadual e ocupou vários cargos, inclusive de influência nacional. Ele foi ministro Extraordinário da Reforma Institucional no governo FHC e possui três primos que outrora foram bastante atuantes no cenário político local: Robert Freitas, que foi eleito deputado estadual para quatro legislaturas (eleições de 1986, 1990, 1994 e 1998). Sem mandato na Alepi, Robert elegeu-se prefeito do município de José de Freitas, em 2004, um dos redutos eleitorais da família Freitas. Outros primos de Freitas Neto são Hugo Napoleão e Átila Lira. Este último tem sido eleito deputado federal seguidamente de 1986 até o último pleito, em 2014.

Já o ministro Wellington Moreira Franco apenas nasceu em Teresina, mas fez toda sua carreira política no Rio de Janeiro, onde foi governador de 1987 a 1991 e prefeito de Niteroi, de 1977 a 1982. Atualmente, é o discreto ministro da Aviação Civil, no governo Dilma Roussef.

### **As famílias políticas mais influentes na Alepi**

Ao findar a legislatura eleita em 2006, o cenário político estadual pôs em curso uma modificação no núcleo das grandes e tradicionais famílias políticas piauienses. O mesmo entendimento também serve para os partidos controlados por aquelas. Até as eleições de 2006, o PFL ainda teve fôlego para eleger quatro deputados estaduais: Wilson Brandão, Fernando Monteiro, Edson Castro e Juraci Leite. Os dois primeiros oxigenaram-se, mudando de partido, os dois últimos permaneceram à sombra da tradição familiar e partidária que andavam juntas. Assim como as agremiações, os Almendra Freitas, os Castelo Branco, os Portella têm perdido espaço dentro das casas legislativas do estado. Hugo Napoleão (PSD) e Átila Lira (PSB) são parentes, mas não ostentam o sobrenome daquelas famílias que já concentraram diversos mandatos ao mesmo tempo. A família Portella tem mantido uma cadeira na Câmara Federal, em parte montada no apoio de outra família po-

lítica tradicional no estado: os Nogueira. Iracema Portella, reeleita em 2014, é casada com Ciro Nogueira, que é senador e preside nacionalmente o PP. Há ainda a deputada Margarete Coelho, que foi casada com o ex-deputado Marcelo Coelho, que pertence à família Portella.

Embora decadentes eleitoralmente, essas famílias sempre estiveram presentes nas listas de políticos com mandatos no Piauí. Entre elas, há diversas relações, a partir da consaguinidade, do compadrio e de casamentos entre seus membros, além, é claro, das alianças políticas através dos partidos aos quais pertenceram.

Mas há pelo menos outras dez famílias influentes que estão presentes na Alepi nos últimos 30 anos seguidos: os Dantas Eulálio, os Castro, os Neiva, os Ferreira, os Moraes Souza, os Tapety, os Marques. Deve-se informar, a partir da década de 1970, os Almendra Freitas, os Castelo Branco e os Portella. Essas famílias, somando os seus laços de compadrio e de matrimônio, congregavam sozinhas sete senadores (43,7 % do total), quatro ministros (66,6% do total), sete deputados federais e seis estaduais. Pode-se dizer, portanto, que os arranjos realizados pelas famílias políticas piauienses, desde as últimas décadas do século passado, são um verdadeiro negócio entre famílias, uma vez que elas simplesmente controlam um dos mais importantes canais de mediação entre suas bases eleitorais e o poder político: este é o mundo da política na Alepi<sup>16</sup>.

### **Metamorfoses da oligarquia: os casais políticos**

Na tradição histórica da política do Piauí, os políticos geralmente eram substituídos por parentes próximos ou aliados de confiança. Os mandatos passavam de pai para filhos e netos ou de irmão para irmão. A partir do pleito de 2010, a oligarquia piauiense mantém essa memória metamorfoseada em parcerias estratégicas vencedoras: as dobradinhas conjugais. Dessa forma, os maridos disputam mandatos e colocam suas esposas na disputa por cargos exercidos por eles anteriormente.

Essa novidade na dinâmica do pleito de 2010, apresentou uma série de dobradinhas conjugais. Wellington Dias (PT), de carreira política

---

<sup>16</sup> VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editorada UFSM/Anpuh-RS, 2010.



meteórica e ascendente, licenciou-se do cargo de governador para conquistar o mandato de senador, enquanto sua esposa, Rejane Dias (PT), disputou e venceu a disputa por uma vaga na Assembleia.

O então deputado federal Ciro Nogueira (PP) tornou-se senador ao mesmo tempo em que sua esposa, Iracema Portella (PP), disputou e venceu uma cadeira de deputada federal. Enquanto isso, o então deputado estadual Antônio José de Moraes Souza Filho (PMDB) candidatou-se e saiu vencedor como vice-governador do estado, ao passo que sua mulher, Juliana Moraes Souza (PMDB), conquistou uma vaga de deputada estadual. Na chapa vitoriosa ao governo do estado naquele pleito, aparecia outra mulher, a deputada Lílian Martins que reelegeu-se para mais um mandato, ao lado de seu esposo, o governador eleito Wilson Martins (PSB).

As dobradinhas repetiram-se em 2014. A exceção foi o casal Martins. Wilson (PSB) concorreu ao senado e perdeu, enquanto sua esposa Lílian detém momentaneamente uma cadeira vitalícia no Tribunal de Contas do Estado (TCE). O ainda senador Wellington Dias (PT) concorreu novamente e venceu a disputa para o Palácio do Karnak, de onde governará o Piauí pela terceira vez. Ao mesmo tempo, sua esposa Rejane Dias conquistou uma cadeira na Câmara Federal. A novidade se deu com o inverso da moeda, uma vez que a deputada Ana Paula (PMDB) é que cedeu vaga a seu esposo José Ribamar Noleto de Santana (PMDB), um nome desconhecido, ele foi eleito com a terceira maior votação no estado.

Essa nova face da oligarquia ainda merece um estudo mais apurado que trate das motivações que ultrapassem apenas a “necessidade da convivência matrimonial do casal” ou que seja “capricho e refinamento estratégico” das oligarquias no poder.

### **O perfil da elite política na Assembleia Legislativa: 1994 a 2014**

Para a montagem do perfil da elite política, lançamos mão de alguns indicadores, tais como a idade, a formação e a atividade profissional, a carreira política e o local de nascimento dos membros do parlamento estadual. Percebemos que esses indicadores em destaque dão suporte à nossa opinião acerca do alto grau de elitismo, de corporativismo e do familismo da sua composição. A superpopulação de deputados estaduais oriundos de famílias políticas tradicionais vem transformando a Alepi em um espaço para

a confraternização de herdeiros políticos, de parentes e até de compadres.

### **A idade dos deputados**

Quanto à faixa etária necessária para o ingresso na carreira política, nas Assembleias Legislativas de todo o país, é de 21 anos. Entretanto, essa referência alude apenas à data da posse no cargo. Essa explicação faz-se necessária em virtude de termos um deputado eleito que se enquadra no caso acima, como veremos mais adiante. A sistematização dos dados coletados ao longo das últimas legislaturas sobre a faixa etária dos deputados na Assembleia Legislativa do Piauí, revela que a maior proporção de deputados estaduais foi eleita na faixa acima dos 40 anos. A faixa mais frequente é a de 41-50 anos. Nos últimos 20 anos, a bancada eleita em 1994 foi a que teve o maior número de casos inseridos nessa faixa etária: 15 membros, ou seja, 50% dos eleitos. No pleito de 1998, percebe-se que o número é de 11 deputados nessa faixa etária (36,6% do total de cadeiras). Em 2002, 12 eleitos faziam parte desta faixa etária, ou seja, 40% do valor total de cadeiras. No pleito de 2006, 14 deputados (46,6%) encontravam-se nessa faixa. Já a legislatura eleita em 2010, a faixa etária com maior número foi de 21-40 anos, no total de dez eleitos, ou seja, 33,3%. E, em 2014, apenas três candidatos eleitos tinham menos que 35 anos. Entre a faixa de 40 a 50 anos haviam dez (um terço da bancada eleita). Acima de 50 anos, 13. A faixa modal dos eleitos está situada entre 50 e 54 anos (26,6%).

No pleito de 1994, deputados com mais idade, isto é, acima de 50 anos, representavam 76,7% das cadeiras, enquanto a faixa mais jovem, de 21-40 anos, representava em média 23,3% das vagas da Assembleia Legislativa. Uma das razões da prevalência dessa faixa modal são as sucessivas reeleições de grande número de deputados. Ou seja, a manutenção de quadros ajuda a elevar a faixa etária, que ocorre especialmente nos partidos descritos como os mais conservadores – PFL, PPR e PMDB. Um ponto a destacar é que a carreira política da Assembleia começa um pouco tarde, basicamente acima dos 30 anos de idade, por isso a pouca renovação etária na representação política estadual. No pleito de 1998, os deputados que tinham idade entre 21-40 anos representavam 30%. Os que representavam a faixa de 51-60 anos eram 26,6%, e os que pertenciam à faixa etária

acima de 60 anos ocupavam 6,6% das vagas da Alepi.

Na legislatura eleita em 2002, os deputados jovens entre 21-40 anos ocupavam 23,3% das vagas da Alepi. Já os deputados com mais 50 anos, ocupavam 36,6% do total das cadeiras da Assembleia Legislativa. No pleito de 2006, os deputados que se referem à faixa etária de 21-40 anos, eram apenas seis, em valores totais representavam 20% das vagas. Na faixa etária de mais de 50 anos, haviam 33,3% dos deputados estaduais. Nas eleições de 2010, a faixa etária acima de 40 anos era composta por 20 deputados (66,6%).

Quanto à faixa etária para o ingresso na Assembleia Legislativa, se não há um padrão rígido de recrutamento, alguns comentários merecem ser feitos. Tendo como marco temporal inicial a legislatura eleita em 1994, temos que a faixa modal de entrada é sempre acima dos 40 anos de idade. Em 1994, 27 deputados enquadravam-se nessa faixa. Em 1998, 21 deputados; em 2002, 23 deputados; em 2006, 24 deputados e, em 2010, 20 deputados. Uma constatação do universo estudado é da lenta, mas contínua queda do número de deputados acima dos 40 anos. Nos cinco pleitos descritos, encontramos uma média de 23 (76,6%) deputados acima dos 40 anos de idade.

A média de idade da bancada eleita em 2014: 23 deputados eleitos estão acima de 40 anos (76,6%); até 40 anos, sete deputados (23,4%) a faixa modal se localiza entre os 50 a 54 anos (26,6%). Na bancada eleita em 2010, Flávio Nogueira Júnior (PDT) foi o mais jovem a ser eleito. Estreante, ele substituiu o pai que se candidatara a vice-governador. Na bancada de 2014, o mais jovem estreante foi Georgiano Neto que no dia da eleição tinha apenas 20 anos de idade.

Fazendo uma análise geral das seis bancadas eleitas, podemos observar que a faixa etária com mais representatividade na Assembleia Legislativa nos quatro primeiros pleitos é a faixa etária de 41-50 anos. Das legislaturas analisadas de 1994 até 2010, no que se refere à faixa de idade dos deputados, é na primeira que encontramos o maior número de deputados com idade entre 41-50 anos. Encontra-se também nessa legislatura, o maior número de deputados com mais de 60 anos.

Dessa forma, as elites políticas locais mantêm no Legislativo estadual um quadro hegemônico concentrador e excludente da grande maioria da população piauiense. Isso é visível quando se nota a baixa renovação e

circulação de lideranças políticas dentro do parlamento que procedam de estratos e de categorias socioeconômicas menos aquinhoadas. Do mesmo modo, a renovação etária na Alepi é muito baixa. São poucos os deputados que se elegem abaixo dos 30 anos de idade. Ao contrário, a maioria dos deputados chega àquela Casa acima dos 40 anos de idade.

Como alguns deputados chegam à Alepi após exercerem mandatos nas câmaras de vereadores e nas prefeituras, temos um indicador de que havia já uma experiência político-administrativa em suas carreiras políticas. Poucos foram os que entraram na Alepi sem uma passagem política anterior, fosse executiva ou legislativa. Chegar a Alepi acima dos 40 anos é um indicador de que cumpriram um “estágio” anterior na Câmara de Vereadores ou em alguma prefeitura municipal antes de chegarem ao topo da elite política. Um indicativo de que a entrada nos quadros da Alepi não é tarefa fácil é o fato de que mesmo operada de forma intraelite, a renovação etária é muito baixa. Do mesmo modo, a renovação vegetativa de mandatos ficou na casa de 50% e pode parecer significativa, mas desfaz-se quando observa-se que apenas três eleitos não pertencem a núcleos familiares tradicionais e que entre os novatos apenas 10% tinham menos de 35 anos.

### **O perfil profissional e educacional da elite política na Alepi**

Outro ponto interessante para a análise do quadro piauiense é a formação educacional da elite política. Percebemos que a maioria da representação política estadual é detentora de títulos universitários e a ausência de elementos com baixos níveis de escolaridade. Esses dados reforçam a ideia de que o cenário político piauiense é seletivo, concentrador e excludente. O controle político é exercido e dividido entre cidadãos oriundos das esferas escolares e socioeconômicas mais elevadas.

Mesmo não sendo necessário ter o nível superior para o acesso ao mandato, o grau de instrução dos deputados tende a ser um elemento importante para o controle da representação política dentro do parlamento. Ao longo das seis últimas eleições, notamos que poucos deputados têm apenas o ensino secundário. Embora haja mudança em curso, historicamente a sinecura escolar universitária predomina onde a elite política se localiza, ou seja, nos mais altos estratos sociais. O que nos leva a pensar que os números apresentados são bem sugestivos se compararmos com a

realidade piauiense, onde ainda são altos os índices de analfabetismo.

Pode-se ainda vislumbrar uma relação direta entre riqueza familiar, formação superior e conquista de altos cargos políticos. Essa realidade vem de longa data. Enfim, a elitização do ensino de Medicina no Brasil é um fato histórico e sempre foi um obstáculo para a entrada e a formação de jovens de baixa renda mesmo nas universidades públicas. Estudantes de Medicina, em sua maioria, são filhos das elites. Dados oficiais apontam que 88% dos estudantes de Medicina matriculados em universidades públicas estudaram sempre em escolas particulares. De um modo geral, todos os cursos da área médica são reconhecidamente cursos elitizados, seja em face das dificuldades de acesso, seja pelos custos elevados de manutenção, particularmente em Medicina ou em Odontologia, por exemplo. Cursos ditos elitizados concentram-se nas profissões liberais tradicionais, particularmente Medicina, Engenharia, Direito, etc. Nesse sentido, o diploma e o parlamento ampliam o círculo de relações sociais das elites, inclusive a política, possibilitando melhor captação de recursos materiais, a ampliação das clientelas e a aliança com outras famílias poderosas por meio dos casamentos e dos batismos dos filhos. Portanto, a educação superior ainda traz importante retorno adicional para as famílias dispostas a executá-lo.

Com relação à instrução educacional, as bancadas eleitas entre 1994 a 2002 eram compostas por 86,6% dos membros com formação superior. Esse número cresceu na medida em que avançaram os pleitos. Em 2006, 93,3% dos deputados tinham cursado faculdades no estado ou fora dele; em 2010, o número subiu ainda mais, atingindo os 96,6%. Na bancada eleita em 2014, todos os deputados cursaram pelo menos um ano de universidade. Apenas quatro não terminaram seus cursos – Georgiano, Nerinho, Fábio Xavier e Gessivaldo. Sete deputados são da área médica; oito são advogados, além de Gessivaldo que não concluiu seu curso de Direito. Três são economistas: Liziê, Fernando Monteiro e Flora Izabel; dois se declararam empresários – Georgiano e Júlio Arcoverde. Há apenas um jornalista – Fábio Novo – e apenas um se declarou professor – José Santana. Três são engenheiros: eletricista (Wilson Brandão, que também é advogado), agrônomo (Limma) e Rubem Martins. O estreado e herdeiro da tradicional família política Paulo, do sul do estado, Firmino Paulo, declarou em seus dados apenas que é funcionário público municipal, mas

é formado em Direito. Há outros dois deputados com formação superior em Pedagogia (Evaldo) e em História (Janaína Marques).

O reduzido número de deputados sem formação superior no período estudado é um demonstrativo do elitismo naquela Casa. Embora não possamos afirmar que o título universitário exerça algum papel importante na formação dos principais membros da elite política do Piauí. Por outro lado, os índices apresentados evidenciam a importância de um diploma de curso superior na aquisição de altos cargos políticos na burocracia e na administração pública. Somados os deputados estaduais eleitos de 1994 a 2014, verifica-se a preponderância de bacharéis em diversas áreas. No rol dos eleitos nas seis eleições analisadas, somente 8% não possuíam formação superior, um índice bastante baixo. Portanto, essa comparação já esboça uma desigualdade de recursos necessários para entrar na disputa por espaços dentro da alta política, pois nem todas as famílias podiam investir nos estudos dos filhos. Os bacharéis são a clivagem política mais significativa, pois, como vimos, o perfil socioeconômico e educacional dos deputados é praticamente o mesmo em todas as legislaturas estudadas<sup>17</sup>. Em menor número, os não diplomados também têm oportunidades na Assembleia.

O grande número de médicos e de advogados na elite política piauiense nos remete ao estudo acerca da presença dessas categorias profissionais no topo da elite política do Brasil Imperial, como demonstrada por Carvalho (2003). Nesse sentido, a origem social dos políticos analisados pode ser indicada pela atividade econômica e/ou pela profissão dos seus pais. O alto nível de educação e o perfil das profissões permitem inferir que eles pertenciam a famílias da elite econômica do estado.

A manutenção das atividades profissionais com as do legislativo permite que os membros da elite piauiense na Alepi tenham rendimentos extras. Alguns deles continuam atuando como médicos, advogados e proprietários de terra. Geralmente, essas atividades econômicas já eram compartilhadas com outros membros de sua família. Na bancada eleita em 2010, pelo menos dois membros vinham de famílias de fazendeiros. Um do norte – Antônio Félix (PSD) – e outra do sul do estado – João Mádisson (PMDB) –, ou seja, também tem a presença de pecuaristas da criação

---

17 Ver ARRAES, Ricardo. **Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). – UNICAMP, Campinas, 1999.

de gado, antiga e rendosa atividade econômica do início da colonização piauiense. Entretanto, não possuímos informações se seus patrimônios fundiários são de grande monta ou não.

É claro, na composição da elite política com representantes de clãs tradicionais, não estamos diante de uma regra. Há exceções como no caso de Francisca Trindade. Filha de família de poucas posses, que conseguiu eleger-se vereadora, deputada estadual e depois federal. Formada em Teologia, tornou-se militante influente do PT, por meio do qual conseguiu eleger-se para todos os cargos eletivos, e, depois de ser eleita deputada federal, faleceu no auge de sua meteórica carreira política. De algum modo, sua trajetória revela que havia espaços para a ascensão social de *outsiders*. Sua carreira teve investimentos pessoais na educação conjugado com elementos de meritocracia profissional e sem o patronato de família ou dos grandes líderes políticos tradicionais. Outros casos são os deputados Tere-rê (PSDB), Cícero Magalhães e João de Deus, ambos do PT, oriundos do movimento sindical.

Controlando ou não, espaços na burocracia partidária, os militantes muitas vezes também são alçados aos cargos da administração do estado. Essas agências são repartidas entre os membros dos partidos, correligionários e parentes dos políticos. Dessa forma, a tática de ocupação de cargos de administração pode exercer forte influência eleitoral e compõe uma peça fundamental na estratégia política partidária e familiar futura<sup>18</sup>. A reflexão sobre essa realidade duradoura, com certeza, é uma excelente mostra da persistência ainda hoje das questões levantadas pelo livro de Michels, escrito em 1911. A dinâmica organizacional dos partidos políticos piauienses traz a marca de duas convergências avessas que apresentamos no início do artigo: a inclinação à concentração de poderes nas mãos de uma oligarquia, e o anseio de participação dos militantes nas decisões intrapartidárias<sup>19</sup>.

### **As eleições de 2014 e o bacharelismo político**

Iniciada por volta de 1827, a criação dos cursos jurídicos no Bra-

18 Ver MARTINS (2007); VARGAS (2010), também concluíram o mesmo para a realidade rio-grandense.

19 Sociologia dos Partidos Políticos, de Robert Michels (1982).

sil orientava-se fortemente para a formação de quadros que, via de regra, ocupariam cargos na administração pública e na atividade política. Além do exercício das atividades advocatícias e da ocupação de empregos na burocracia do Estado, as escolas do Direito formavam toda a elite intelectual, cultural e burocrática atuante no Brasil Império e produziram muitos quadros de deputados e de senadores.

Deve-se dizer que os títulos acadêmicos, os cursos de Jornalismo, de Engenharia Civil, de Agronomia e de Ciências Econômicas – Economia – possuem uma formação de bacharelado e, do mesmo modo, a modalidade do curso de Direito também é o bacharelado. Logo, as bancadas eleitas para a Alepi são constituídas majoritariamente por bacharéis<sup>20</sup>. Na observação do imenso número de advogados no período estudado, encontramos outros profissionais formados em algum tipo de bacharelado. A diferença é que o bacharelismo em Direito possui a maioria dos representantes: atualmente, 20 deputados são advogados – atuantes ou não na sua área, 15 médicos e sete engenheiros. Mas, ao se observar o tipo de cargo ocupado por eles, essas diferenças ficam mais evidentes. Salvo melhor julgamento, não podemos afirmar seguramente que as famílias que enviam seus filhos para estudar determinados cursos possuam algum projeto *stricto sensu*, de intervenção política e mesmo de aproximação com as cercanias dos mantenedores do poder<sup>21</sup>.

Entretanto, um filho diplomado está investido de atributo necessário para tornar-se mais ambicioso e melhor preparado para enfrentar as adversidades futuras. O título universitário é um capital que pode ser utilizado para captar recursos diversos para a família, incluindo cargos na administração pública – que são reconvertidos na busca de novos recursos. Ainda é possível argumentar que os jovens cujos pais já possuem algum tipo de ligação com o centro do poder, veem as suas possibilidades de sucesso na arena política aumentar substancialmente.

A análise da bancada eleita no pleito de 2014 e que assumirá o mandato a partir de janeiro de 2015, apresenta alguns pontos para refle-

20 ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

21 Além disso, estes indicadores convergem com o que apontou José Murilo de Carvalho, ou seja, de que os barões não faziam parte da elite política imperial de maneira significativa, mas sim os viscondes, condes e marqueses. (CARVALHO, 2003, p. 257-258).



xão. Vale dizer que, no exame das profissões dos deputados, seis categorias profissionais sobressaem-se como mais presentes e coincidem com as demais bancadas eleitas desde 1994. Médicos, advogados, empresários, economistas, engenheiros e funcionários públicos. Sete deputados eleitos em 2014 são da área médica. Entre esses, houve redução. A média histórica até 2010 era de nove, caiu para sete deputados. Pela primeira vez, o número de advogados caiu entre os eleitos. Entre 1994 até 2010, a média era de 6,6 advogados eleitos. Dados de 2014 nas informações das candidaturas oferecidas pelo TRE-PI, encontramos quatro deputados autoidentificados como servidores públicos e profissionais da área educacional – professores e pedagogo.

Para o pleito de 2014, os dados oficiais do *site* do TRE do Piauí para a classificação dos candidatos para a próxima legislatura, chama a atenção o fato de que nove dos futuros ocupantes são declarados ou têm como ocupação principal “deputado”. Esses são os conhecidos “políticos profissionais”. Pela primeira vez na sequência histórica das seis últimas eleições, aparece a categoria de estudante. Trata-se de Georgiano Fernandes Lima Neto (PSD). Aos 20 anos, ele conquistou também a condição de ser o deputado estadual mais jovem do Brasil. Filho do deputado federal reeleito Júlio César (PSD), Georgiano foi eleito com 36.510 votos e conquistou a vaga na Assembleia Legislativa do Piauí. Ele só pode se candidatar porque completa 21 anos antes da posse. É mais um herdeiro político que acompanha o pai, um deputado veterano no cenário piauiense.

Sem o saber, o eleitorado piauiense tem perpetuado a cultura do bacharelismo político. Os cursos jurídicos não têm, nem nunca tiveram, necessariamente, o objetivo de formar recursos humanos para a elite política, mas eles terminam cumprindo esse papel de uma maneira enviesada. As elites educacionais, sociais e econômicas, de algum modo, impelem seus filhos para as escolas de Direito, de Economia, de Engenharia, todos eles cursos de bacharelado. Assim, uma das funções precípua das escolas de Direito do século XIX e meados do século passado, reproduz-se como um fenômeno nos dias atuais. As academias têm formado levas de bacharéis ocupando cadeiras nas diversas casas legislativas Brasil afora. Formados para as lides das funções jurídicas, os bacharéis descambaram para o exercício da autoridade política. Dessa forma, a obtenção do título acadêmico aparece como legitimador do exercício do poder intelectual,

mas também social e político. É o poder legitimando-se através dos títulos. Algo comum no Brasil Império e nas primeiras décadas da República brasileira, o bacharelismo se mantém firme nos rincões mais distantes, mas também nos grandes centros urbanos.

Concluimos que a política vivenciada em casa desde a infância, a formação profissional, a visão de mundo e a convivência com as redes de relações estabelecidas pelos pais e familiares, entre outros aspectos da vida social, são elementares nas estratégias e no processo de iniciação política. Enfim, são de fundamental importância para a execução dos primeiros passos rumo a um cargo na elite política. Pertencer a uma família com um projeto de intervenção política mais ambicioso, possibilita maior sucesso na carreira, embora somente isso não seja garantia de sucesso. Essas redes de relações estabelecidas pelos candidatos, desde a sua juventude acadêmica até a fase adulta, são fundamentais para assegurar o retorno dos investimentos previamente realizados em formação educacional, por exemplo. Em grande proporção, os deputados pertencem aos mesmos estratos sociais e, comumente, têm a mesma rede de amizade, de educação e de formação superior que a de seus pais.

### **Local de nascimento dos deputados**

A análise do local de nascimento complementa a apreciação da origem social e ajuda a revelar quais regiões do estado mais fornecem quadros que ingressaram no topo da elite política. Se, na época do Império, o mais comum eram as carreiras se iniciarem desde a juventude nas academias de ensino superior<sup>22</sup>, uma realidade para várias províncias, inclusive a do Piauí, atualmente, elas se iniciam mesmo é no convívio familiar e nos arredores do poder. Analisando os dados biográficos com a naturalidade da elite política, percebe-se que, em todas as legislaturas, a grande maioria dos deputados estaduais são piauienses de nascimento.

Desde 1994, todas as legislaturas são compostas basicamente por deputados nascidos no estado. As exceções são Wilson Brandão (filho), Sebastião Leal (Júnior), José Neri (pai), Elias Ximenes do Prado (pai), Flávio

---

22 VARGAS (2010).

Nogueira (pai). Os dois primeiros são cariocas e os demais são cearenses.<sup>23</sup> Na atual legislatura, o deputado do PT, Cícero Magalhães, é natural do Maranhão, tendo nascido no município de São Benedito do Rio Preto.

Desagregando os locais de nascimento por regiões, observamos que há uma pequena variedade de municípios fornecedores de quadros para a Alepi. Nos últimos 20 anos, eles procedem de apenas 25 municípios. Deste grupo, 20% estão localizados na parte sul do estado. Embora a grande maioria dos deputados tenha nascido na parte norte do estado, aqueles que provinham de municípios mais próximos ao litoral são reduzidos. O município de Parnaíba, principal cidade litorânea, teve apenas quatro deputados no período. Por seu turno, Teresina é a cidade que mais municiou deputados nos seis pleitos estudados: 12 representantes. Os números reduzidos podem ser explicados em face do elevado número de reeleições dos deputados. Vale dizer que embora tenham se estabelecido na capital, os deputados nunca abandonam suas bases eleitorais e econômicas presentes nos seus municípios de origem. É lá que, na maioria das vezes, retiram seus maiores capitais políticos medidos em votos.

Investigando a carreira política dos membros do parlamento estadual, percebem-se alguns indicadores em destaque. Existe uma espécie de hierarquia política que parece ter condicionado a carreira de alguns, tendo sido contornada por outros – geralmente os herdeiros. Antes de eleger-se para a Alepi, nove desses políticos haviam exercido mandatos de prefeitos municipais ou de vereadores. Ou seja, eles ingressam no parlamento estadual após adquirir certa experiência na vida política nos municípios de origem.

Poucos romperam com a tendência do apoio familiar e foram exatamente aqueles que construíram suas carreiras no ambiente de segmentos sociais específicos, como o pastor Gessivaldo; ascendendo nas instâncias partidárias, como o caso de Tererê; no assistencialismo – Dr. Pessoa; ou, ainda, por sua origem e atuação sindical – Wellington Dias, João de Deus, Francisca Trindade, Flora Izabel, Magalhães – coincidentemente, todos são do PT.

Enfim, há um conjunto de características que possibilitam um

---

23 Os deputados federais Nazareno Fonteles (eleito pelo PT em 1990) e o capitão Fábio Abreu (eleito pelo PTB em 2014) também são cearenses e compõem o reduzido número de deputados *outsiders* considerando-se o local de nascimento.

indivíduo ultrapassar o mundo das paróquias locais e ingressar no mundo da política e deve ser compreendido de forma dinâmica. Entretanto, também há casos do investimento de famílias e do manejo das redes de relações políticas em que os candidatos estão inseridos. Ora, uma vez eleito, o deputado aparece como um tipo de intermediário, um mediador que estabelece a conexão entre o sistema político local e o estadual. E como se sabe, as bases eleitorais sejam urbanas e/ou dos grotões, em geral, são reconhecidas como ávidas e insaturáveis pedintes por empregos, recursos e todo tipo de atenção. É sob a luz desses fatores que devemos entender as estratégias das famílias de elite para buscar o exercício dos principais cargos. Somados às origens sociais e geográficas, esses fatores ajudam a condicionar a trajetória deles e influem em suas escolhas nas áreas da formação educacional, da profissão e das opiniões políticas, entre outras.

Embora a ideologia tenha pouca ou nenhuma influência no reforço identitário entre lideranças e partidos políticos, as redes políticas de poder são extremamente corporativas e de movimentos circulares. Na sua reprodução, utilizam várias estratégias e artifícios tais como o nepotismo, o clientelismo e até mesmo a corrupção. Elas conectam os múltiplos interesses envolvendo cargos políticos no aparelho de Estado, buscando assegurar vantagens e privilégios para os filiados, amigos, compadres e familiares.

Nas suas paróquias, os deputados ampliam ainda mais as suas clientelas regionais, reproduzindo a desigualdade socioeconômica dentro do próprio município e garantindo a permanência da sua posição de elite. Portanto, ao ocuparem altos cargos políticos, a sua capacidade de fazer, de encaminhar pedidos e de conceder favores aumenta extraordinariamente o seu poder. Nesse sentido, dentro do mundo da política local, eles passam a ocupar um papel central<sup>24</sup>. A expectativa de familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos impõem um peso maior em suas obrigações junto ao governo estadual.

Em suma, a entrada na Alepi é um obstáculo por onde somente alguns poucos indivíduos conseguem vencer e transitar com altivez e dele alcançar alguma vantagem para si e para suas bases. Por isso, uma vez que cheguem àquela Casa, eles se tornam mediadores, interligando as suas

---

24 VARGAS (2010) aponta essas mesmas características ao analisar o caso rio-grandense à época do Brasil Imperial.

“aldeias” com a capital. Tal proeza, congregada às sucessivas reeleições, oferece aos deputados mais distinção no interior do núcleo político do estado e lhes confere maior poder de captar recursos materiais (cargos) e imateriais (favores e prestígio social) para os chefes de suas bases eleitorais.

### **Carreiras políticas que se elevam e outras que (momentaneamente) param**

Observando a bancada eleita em 2014, nota-se que haverá algumas ausências para a próxima legislatura. Entre os deputados eleitos em 2010, 14 (46,6%) não renovaram seus mandatos. Isso se deve ao fato de que alguns deputados alçaram voos mais altos: Firmino Filho (PSDB), Kléber Eulálio (PMDB) e Paulo Martins (PT) elegeram-se prefeitos de Teresina, de Picos e de Campo Maior, respectivamente (em 2012); Lílian Martins (PSB) foi alçada ao cargo de conselheira do TCE; Rejane Dias e Merlong Solano candidataram-se à Câmara Federal, mas somente ela elegeu-se; Ana Paula (PMDB) cedeu sua vaga a seu esposo José Santana (PMDB). A deputada Margarete Coelho (PP) sucede ao ex-marido, Marcelo Coelho, herdeiro de longa tradição política e que foi parlamentar por diversas vezes – 1982, 1986, 1998 e 2002. Margarete não disputou reeleição, mas elegeu-se vice-governadora na chapa com Wellington Dias (PT).

O deputado Juraci Leite (PSD) desistiu de seguir concorrendo a um mês do pleito de 2014. Ele está no oitavo mandato consecutivo na Assembleia Legislativa do Piauí. Leite é o político mais antigo no exercício da função. Foi membro do antigo PSP e da Arena. Elegeu-se pela primeira vez pelo PDS, em 1982, depois pelo PFL e três vezes pelo DEM. Atualmente, exerce mandato nos quadros do PSD.

Cícero Magalhães e Henrique Rêbello (ambos do PT), Ismar Marques, Tazmânia (Belê) e Tadeu Maia (todos do PSB), Mauro Tapety (PMDB), Antônio Félix (PSD), não conseguiram eleger-se, ficando na suplência de seus partidos e coligações. Já o deputado Ubiraci Carvalho (PDT) faleceu no exercício do mandato, mas teve seu filho Ziza Carvalho (PROS) como candidato, conseguindo apenas a suplência.

## **Partidos, herdeiros políticos: quem é quem na Alepi a partir de 2015**

Dos 30 deputados eleitos em 2014, apenas seis (20%) procedem de famílias sem tradição política no estado. Os demais dão sequência a carreiras políticas de seus antepassados que, em alguns casos, remontam à metade do século passado, de maneira quase ininterrupta. A seguir podemos observar cada um dos deputados eleitos em meio à uma explosão de filhos, netos, irmãos, esposos e esposas dentro da Assembleia Legislativa do estado.

No PSB, encontramos o deputado Wilson Brandão Filho que é filho do ex-deputado Wilson de Andrade Brandão, que foi deputado em seis oportunidades sequenciadas e deixou-lhe o legado. Wilson já está na Assembleia desde 1990<sup>25</sup>.

No PSDB, o deputado Marden Menezes dá sequência a seu pai – Luiz Menezes – que foi deputado e prefeito do município de Piripiri; já Luciano Nunes herdou o mandato de seu pai que foi deputado e, atualmente é Conselheiro do TCE.

A novidade do PSDB no pleito de 2014 foi o nome de Firmino Paulo. Ele é filho do ex-deputado e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), Sabino Paulo, e sobrinho de Roncalli Paulo, que na atual legislatura esteve no exercício do mandato de deputado como suplente convocado. Inicialmente, sua candidatura ameaçou um racha na base familiar. No final, Roncalli não concorreu à reeleição para a Assembleia Legislativa, pois o nome de consenso entre familiares e correligionários foi o do advogado Firmino Paulo. O jovem delegado no estado de Pernambuco foi apoiado pelo prefeito de Teresina, Firmino Filho, de quem também é sobrinho. A lista familiar é longa, pois o herdeiro é membro de uma família com raízes profundas, uma vez que já teve na Assembleia Legislativa o seu avô, David Paulo, seu pai, Sabino Paulo, e os tios Roncalli Paulo e Firmino Filho.

No PMDB, o deputado Themístocles Filho foi reeleito para ocu-

25 Ainda entre os “socialistas”, Tadeu Maia (Filho), é herdeiro de Tadeu Maia, que foi deputado estadual em duas oportunidades e, foi secretário de governo entre 1991/94. O ex-prefeito de Picos, Gil Paraibano, conseguiu eleger em 2010 a sobrinha Tazmânia Gomes de Medeiros Oliveira, cujo nome parlamentar é Belê Medeiros (PSB). Em 2014, ela ficou na suplência.

par pela sexta vez uma cadeira no legislativo estadual. Themístocles Filho tem raízes profundas na Casa, onde é o atual presidente e sucede ao pai, Themístocles Sampaio, que nos anos 1960 exercia mandato pelo antigo PTB. A partir de 2014, Sampaio dará início ao sexto mandato na Assembleia, Casa que já presidiu por seis vezes<sup>26</sup>.

O deputado eleito para a próxima legislatura, Pablo Santos (PMDB), é filho do ainda deputado Warton Santos (PMDB), que está finalizando seu sétimo mandato e também se tornou secretário estadual de Desenvolvimento Econômico. Pablo é neto do senador Moura Santos, nos anos 1950, pai de Warton. Ambos são naturais de Picos.

A deputada Ana Paula (PMDB) pertence a uma família política com forte atuação no sul do estado. Ela exerce o segundo mandato e é a quarta filha de Francisco Donato Linhares de Araújo e irmã de Chico Filho. Ambos são ex-deputados estaduais aos quais ainda se junta José Donato Linhares, conhecido como Zé Nordeste (PTB). A família dos irmãos Ana Paula, Chico Filho e Zé Nordeste controlaram quatro prefeituras no Piauí. A saber: Zé Nordeste foi prefeito duas vezes de Canavieira e governou Bertolândia, quando foi cassado. O ex-deputado Chico Filho foi prefeito de Uruçuí e não conseguiu reeleger-se em 2010. A deputada Ana Paula foi prefeita duas vezes de Sebastião Leal. São todos municípios pequenos e pobres. O maior entre eles é Uruçuí com cerca de 20 mil habitantes; os demais são: Bertolândia, com 5.319 moradores; Sebastião Leal, 4.116 habitantes; e Canavieira, com pouco mais de 3.900 moradores. A família está reduzida apenas ao mandato da deputada Ana Paula na Assembleia Legislativa, que está se encerrando. Entretanto, a família não sairá de cena, uma vez que, para substituí-la, foi eleito José Ribamar Noleto de Santana (PMDB), que vem a ser seu marido.

No PSD, o estreante e caçula da futura bancada é Georgiano Neto. Ele é filho do deputado federal e ex-prefeito de Guadalupe, reeleito para o quinto mandato da Câmara Federal, Júlio César Lima (PSD). Já Edson Ferreira é outro herdeiro de uma família política com atuação na região sudeste do estado. Edson é filho de Gaspar Dias Ferreira, que foi prefeito de São Raimundo Nonato por três mandatos. Eleito deputado

---

26 Em 2010, Themístocles Filho elegeu-se para seu quinto mandato e também “garantiu” espaço na Câmara Federal para Marllós Sampaio (PMDB), seu irmão caçula. Marllós não se reelegeu em 2014.

estadual pela primeira vez em 1998, pelo PFL, Edson Ferreira tem sido eleito seguidamente – 1998, 2002, 2006, 2010 – e nas eleições de 2014 elegeu-se para o quinto mandato, dessa vez pelo PSD. Vem daquela região a deputada, pelo PSD, Amparo Paes Landim. Ela está no exercício de mandato pelo PSD ao assumir a vaga deixada por Firmino Filho que se elegeu prefeito de Teresina. Amparo é filha de Francisco Antônio Paes Landim Neto, que foi prefeito de São João do Piauí, entre 1945 e 1946, e deputado estadual Constituinte de 1947 a 1951. É casada com José Paulo de Souza, que também foi prefeito de São João do Piauí por dois mandatos. Além de vários familiares que já passaram pelo parlamento piauiense, dois irmãos seus foram deputados estaduais: José Francisco Paes Landim e Paulo Henrique Paes Landim.

No PTB também existe herança política. Luiz Coelho, ex-prefeito de Paulistana por três mandatos, conseguiu eleger sua esposa, Liziê (2010), e reelegê-la para a próxima legislatura, que se inicia em 2015. O deputado Hélio Isaías foi reeleito para o quarto mandato, pelo PTB. Ele é irmão do ex-deputado José Isaías, conhecido como Zeca Diabo. Já Nerinho é filho do ex-deputado José Neri, que também foi prefeito de Picos. Por seu turno, Fernando Monteiro sucede ao pai, Alberto Monteiro. Fernando Monteiro começou como vereador até chegar à Casa onde está desde 1986, ininterruptamente e, em 2014, foi reeleito para o oitavo mandato.

No PT, a deputada Flora Izabel (PT) foi reeleita em 2014 para o terceiro mandato. Flora tem um primo, Jesus Rodrigues, que é deputado federal, mas não disputou a reeleição. O deputado, pelo PT, Cícero Magalhães, é uma das poucas exceções dentro da elite política local. Ele não descende de nenhum clã político. O parlamentar é comerciante, categoria da qual foi presidente do Sindicato. Magalhães teve carreira ascendente, sendo eleito vereador de Teresina, de 2002 a 2006, e a deputado estadual, em 2006.

### **Suplentes herdeiros: exército de reserva para 2015 e além**

As eleições produziram 20 suplentes com raízes profundas com a Alepi. Desagregando o grupo por partidos, oito são do PSB, quatro são do PT, dois são do PROS, dois do PTB, um do PRP, um do PSDB, um do PMDB e um do PSD.



Dos 20, 14 são herdeiros políticos e, desses, seis já foram deputados. Dois ex-prefeitos (PTB) e apenas quatro não possuem famílias políticas, mas também já foram deputados. Então, temos um exército de reserva de dez ex-deputados. Retirando esse estrato, os ex-prefeitos e os herdeiros, temos apenas uma novidade: Francis Lopes, cantor sertanejo de grande sucesso no sul do país, retornou ao estado e se candidatou pelo pequeno PRP e é, de fato, o único *outsider* saído do pleito estadual de 2014.

### **Algumas conclusões**

Historicamente, temos observado que os resultados das eleições no Piauí têm montado quadros políticos marcadamente coesos nos seus interesses e na sua constituição. Dessa forma, a tensão entre representação política e participação popular se constitui em sério obstáculo para a efetivação de projeto democrático, caracterizada por uma democracia participativa em todos os sentidos. Ao contrário disso, as eleições têm servido para a consolidação de uma confraria política formada ao longo de décadas pelos avós e pais dos deputados – atuais e reeleitos. Vários aspectos tornam as elites locais coesas e hegemônicas no exercício do domínio político. Vários deputados têm nas suas ascendências membros que estiveram no topo dessa elite política: governadores, ministros e senadores. Nesse meio, também encontram-se compadres e padrinhos, colegas de faculdade e companheiros nas prefeituras do interior. Enfim, estamos diante de um grupo economicamente semelhante, socialmente próximo e politicamente conexo, que, em geral, defende os mesmos interesses políticos, mesmo que estejam em partidos políticos divergentes. Em que pesem as relações políticas antagônicas breves, as consanguinidades e as afinidades sociais externas à Casa são um mundo à parte do parlamento. Essa feição os aproxima e oferece a solidez com a qual exercem o poder de mando e o controle quase absoluto de todos aos canais de acesso aos aparelhos de administração do estado. Nesse meio ambiente político, sobressai o patrimonialismo e o nepotismo. Como diria Vargas (2010), analisando o caso rio-grandense em outro momento:

[...] a ascensão de um tendia a favorecer a do outro. Ao ocuparem estes altos cargos, eles retribuíaam aos aliados de longa data, contribuindo para a cristalização das hierarquias sociais locais e a

desigualdade de oportunidades que explicavam as suas próprias trajetórias de exceção.

O resultado dessa equação de genealogias e de patrimônio político concebe a formação de uma “gaiola de ferro” oligárquica, profundamente elitista e fechada no parlamento estadual. Uma evidência disso é a predominância de famílias tradicionais, da alta escolaridade e das profissões liberais dentro da Assembleia Legislativa piauiense. De forma geral, as bancadas eleitas, em sua grande maioria, são compostas por categorias profissionais inseridas no grupo de atividades que exigem um alto nível econômico e de escolaridade dos candidatos: versão atual do bacharelismo político. A grande maioria dos políticos profissionais da Alepi continua saindo dos mesmos círculos e segmentos familiares, econômicos, sociais e ocupacionais. Assim, as alianças familiares, a formação intelectual e a atividade profissional são significativas para a análise da formação da elite política estadual<sup>27</sup>. Ela está calcada em uma poderosa engenharia de matrimônios que tem nos filhos um importante elo de ligação política e econômica com outras famílias de elite, reverberando na manutenção e na ampliação do capital econômico e político com os quais controlam o estado. Entretanto, se as bancadas eleitas são a expressão da contínua história das oligarquias no poder, deve-se dizer, entretanto, que elas são legitimadas pelas eleições.

Historicamente, notamos que o maior setor ocupacional fornecedores de quadros para a composição da Alepi é o das profissões liberais, ou seja, os médicos, os advogados e os engenheiros. Enfim, o bacharelismo impera na composição das bancadas eleitas. Notamos ainda que os grupos políticos que exerciam a profissão liberal praticamente não sofreram alterações durante os seis pleitos analisados, dentro da Assembleia Legislativa do Piauí. Notamos também a entrada de uma prole de funcionários públicos rumo à vida política. São antigos ocupantes de cargos administrativos, diretores de órgãos públicos, assessores ou chefes de gabinetes, enfim, pessoas que ocupavam altos postos na burocracia estadual. Eles já faziam parte da elite política em virtude do exercício do poder político e do controle de cargos da administração pública estadual. Essas estruturas institucionais de controle estadual são rateadas entre amigos, parentes

---

<sup>27</sup> A esse respeito, Vargas também concluiu que para o Rio Grande do Sul, a assertiva é verdadeira.

e integrantes das agremiações integrantes das coalizões dominantes. Os partidos modificam suas funções originais e, menos que agências de representação política, transformam-se em moedas de trocas e em espaço para barganha de favores patrimoniais.

A novidade das eleições de 2010 foi a eleição de sete mulheres para a Alepi. A bancada feminina alcançou um terço do total de deputados. Naquela eleição, as duas maiores votações para a Casa foram exatamente de duas mulheres: Lílian Martins (PSB) e de Rejane Dias (PT), esposas do então governador Wilson Martins e do senador Wellington Dias, respectivamente. Essa questão teve sequência nas eleições de 2014. Os resultados eleitorais país afora mostraram que o familismo ainda é uma realidade manifesta e ascendente na política brasileira; uma face já bastante antiga e conhecida dos piauienses<sup>28</sup>. Outra característica desse fenômeno é o suprapartidarismo, ou seja, ele está enraizado em todas as siglas existentes no país.

Assim, ao cair da noite do dia 5 de outubro de 2014, as urnas trouxeram o que os sinais já prenunciavam durante a campanha eleitoral: o *boom* da oligarquia. Ela seria outra vez vitoriosa. A novidade foi a insolência e a impetuosidade como ela apresentou e como foi recebida e referendada pelo eleitorado. O resultado das urnas naquela noite fez soar o *babyboom* oligárquico. O estouro de herdeiros políticos ressoou bem alto em cada palmo da extensão do estado. O ambiente incestuoso de 2014 originou uma explosão populacional de parentes e de herdeiros políticos jamais vista na Alepi. Um número exageradamente grande de deputados eleitos dará sequência às carreiras de seus antepassados, enquanto outros não apenas darão sequência, mas seguirão juntos com seus pais, maridos, esposas, tios e parentes próximos. O *babyboom* representa uma face perversa da política local e transforma-se numa categoria social da oligarquia, no interior de um regime republicano e que se diz democrático, aberto e representativo. O *babyboom* oligárquico é a condição na qual a Alepi se coloca como espaço de reprodução política endógena e exagerada de clãs familiares. O fenômeno de circulação de elites no estado é um processo autofágico posto que interno. A elite ou devora a si mesma ou reproduz-se

---

28 Sobre o cenário piauiense, consultar o trabalho de ARRAES, Ricardo. Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). – UNICAMP, Campinas, 1999.

dentro de si mesma. Assim, as eleições têm produzido uma população cada vez mais conhecida e íntima daquela outra população que, a cada quatro anos, tem a responsabilidade de renová-la. Tenazmente enraizada no comando e no exercício do poder local, a elite política não se revigora a partir de fora, ao contrário, os *outsiders* são a “anomalia” que desafina o desfile do *laissez faire, laissez passé* das famílias e clãs secularmente radicados no controle político, econômico e social do estado.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ARRAES, Ricardo. **Elites políticas e oligarquias no Piauí: 1982-1994**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UNICAMP, Campinas, 1999.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- BLAU, Peter. “A Formal Theory of Differentiation in Organizations”. **American Sociological Review**, 35. 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial e Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12 ed. Petrópolis –RJ: Vozes, 1995.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LIMA, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOWI, Theodore. **The politics of disorder**. Nova York, Norton, 1971.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MICHELS, Robert. **Partidos políticos**. Brasília: EdUNB, 1982.

MOSCA, G. **“A classe dirigente”**. In: Sociologia Política, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido – organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fonte, 2005.

ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Laemert, 1897.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. S. Paulo: Cultrix, 1965.

SARTORI, Giovanni. **Partidos políticos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: CNPQ, 1982.

SARTI, Ingrid. **A Utopia de Michels e a Democracia Partidária em Perspectiva**. Disponível em: < [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_30/rbcs30\\_12.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm) >. Acesso em: 3 dez. 2014.

SOARES, Glaucio A. D. **Sociedade e política no Brasil**. S. Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930/1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editorada UFSM/Anpuh-RS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um negócio entre famílias: A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**.